



RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2026

PROCESSO: 33/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.

Trata-se da análise do pedido de impugnação, interposto tempestivamente, em 23 de março de 2026, pela empresa **COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.684.180/0001-91.**

DOS PLEITOS

A impugnante aponta que o edital adota lote único para os serviços que seriam tecnicamente autônomos e distintos. No mérito, a companhia sustenta a obrigatoriedade de parcelamento do objeto conforme artigo 47 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a divisão em parcelas como regra geral quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso para ampliar a competitividade, sem prejuízo à economia de escala. Como solução, propõe-se dividir em três lotes: Lote 1 para fornecimento, instalação e manutenção de CFTV; Lote 2 para sistemas de alarme, sensores de presença e centrais; Lote 3 para monitoramento remoto 24 horas com plantão. Resumindo, a impugnação é fundamentada na Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência do TCU, criticando o lote único por falta de justificativa, redução de competitividade e riscos econômicos, propondo três lotes autônomos para corrigir o edital e evitar nulidades futuras.

DA ANÁLISE

A Administração do Município de João Monlevade, no âmbito de suas licitações, preza pela observância rigorosa dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sempre visando o melhor atendimento ao interesse público.

Cada etapa do processo licitatório é conduzida com base nos princípios da probidade administrativa, igualdade entre os licitantes, planejamento adequado e transparência total dos atos, garantindo eficácia e a devida segregação de funções. As decisões são devidamente motivadas e vinculadas ao edital, com julgamento pautado em critérios objetivos que asseguram segurança jurídica, razoabilidade e ampla competitividade.

Além disso, a Administração se compromete com a proporcionalidade nas exigências, a celeridade dos procedimentos, a economicidade nas contratações e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, que são elementos fundamentais em suas licitações.

É sabido que nas licitações de serviços, conforme o inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, admite-se o parcelamento somente quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração. Assim, o lote único não é uma restrição arbitrária, mas uma escolha motivada pela natureza integrada do serviço, que exige unidade para evitar riscos operacionais e falhas de segurança, conforme amplamente justificado nos documentos do processo.

No caso deste processo, o Estudo Técnico Preliminar (Anexo II) cuidou de estudar e justificar o não parcelamento da contratação. Vejamos:

“A contratação do sistema de monitoramento eletrônico para os prédios públicos de João Monlevade não será parcelada. Conforme o § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento é a regra, exceto quando inviável ou prejudicial à economicidade. Neste caso, a natureza do serviço de segurança eletrônica exige uma solução integrada e unificada para garantir eficácia. Fragmentar a contratação geraria incompatibilidade de equipamentos, falhas de comunicação e pontos cegos, comprometendo a segurança patrimonial. Além disso, complicaria a gestão de múltiplos contratos e a atribuição de responsabilidades. O modelo de comodato, crucial para a vantajosidade desta aquisição, seria inviabilizado. Financeiramente, o parcelamento tende a ser menos vantajoso, pois empresas especializadas oferecem melhores condições em pacotes completos por economia de escala. Em emergências, a coordenação de múltiplos fornecedores atrasaria a resposta vital. Portanto, a contratação de uma única empresa, em regime de comodato, assegura máxima eficiência, clareza e a solução mais segura e econômica para o Município. ”

Ademais, o Termo de Referência (Anexo I), elaborado pelo técnico responsável, no item 2.4, preocupou-se em explicar a escolha pelo não parcelamento da contratação.

“2.4. Justificativa para Julgamento por Lote Único na Contratação de Vigilância Eletrônica:

2.4.1. A adoção do julgamento por lote único para a contratação de empresa especializada em vigilância e segurança eletrônica é medida que se impõe em razão da inviabilidade técnica de separação dos itens e locais a serem monitorados, bem como pela necessidade de padronização tecnológica, garantindo a integração, a eficiência e a segurança do sistema como um todo.

2.4.2. A regra geral nas licitações públicas, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade e obter propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Contudo, a própria legislação e a jurisprudência do TCU preveem exceções a essa regra, aplicáveis quando o fracionamento se mostra técnica ou economicamente inviável, ou quando pode acarretar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

2.4.3. A contratação de um sistema de vigilância e segurança eletrônica, que engloba o monitoramento de múltiplos locais com equipamentos como câmeras de CFTV (Circuito Fechado de Televisão), alarmes, sensores e controle de acesso, enquadra-se perfeitamente nessas exceções. A seguir, detalhamos os fundamentos técnicos e operacionais que sustentam a decisão pelo lote único. ”

Em decisão recente, o Tribunal de Contas de Minas Gerais reforçou a possibilidade de aglutinação dos itens, quando previamente motivada no processo de contratação.

“DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO. JUSTIFICATIVA. IMPROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS COM ARTISTAS ESPECÍFICOS. POSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA DE CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS ARTISTAS. IMPOSSIBILIDADE. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÃO

*PRESENCIAL. MUNICÍPIO COM ATÉ 20.000 HABITANTES.
IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.*

1. O parcelamento do objeto da licitação é a regra, sendo a aglutinação dos itens exceção que deve ser previamente motivada no processo de contratação. Esta regra, contudo, pode ser relativizada, conforme dispõe o Tribunal de Contas da União - TCU na Súmula n. 247, se afigurar mais vantajosa a aglutinação para a Administração quanto aos aspectos da técnica e da economicidade. ”

Também em recente decisão, Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o RMS 76.772, decidiu que a adoção de licitação em lote único, quando devidamente justificada, integra o exercício legítimo da discricionariedade administrativa e não viola o princípio do parcelamento.

O relator, ministro Afrânio Vilela, explicou que a Lei 14.133/2021 recomenda o parcelamento do objeto sempre que for técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a concorrência e garantir a economicidade. No entanto, salientou que há situações em que a divisão se mostra inviável ou desvantajosa, como no caso analisado, em que a Secretaria de Educação apresentou justificativa técnica para a opção adotada.

"Assim, em que pese o princípio do parcelamento nas licitações, inexistente ilegalidade na opção administrativa pela estruturação do objeto em lote único ", afirmou o ministro.

Essas decisões recentes do TCEMG e STJ confirmam que a motivação prévia no ETP e Termo de Referência como aqui presente, legitima o lote único quando a integração técnica e econômica prevalece, repelindo impugnações que ignoram a discricionariedade administrativa fundamentada.

Para que não reste dúvida quanto à escolha do lote único, transcrevo abaixo os motivos técnicos, detalhados e explicados por setor responsável:

“Da Natureza Indissociável do Objeto: O certame não visa a aquisição de bens, mas exclusivamente a contratação de prestação de serviços contínuos de monitoramento. Os equipamentos (câmeras, centrais, sensores e gravadores) serão fornecidos em regime de comodato. Não se trata de uma

contratação mista (serviço e aquisição), sendo o fornecimento de hardware uma atividade acessória e indissociável da prestação do serviço principal.

Incompatibilidade de Hardware e Software: A principal justificativa para a não-divisão reside na natureza intrinsecamente integrada da vigilância eletrônica. A existência de múltiplos fornecedores forçaria a utilização de equipamentos e softwares de gerenciamento de fabricantes distintos. A ausência de um padrão de interoperabilidade universal no mercado de segurança eletrônica levaria a falhas severas de comunicação entre os sistemas, impossibilitando uma plataforma coesa.

Ineficiência da Central de Monitoramento: Um sistema de vigilância eficaz depende de uma central que receba e processe informações de forma unificada. O fatiamento proposto obrigaria a equipe de segurança a lidar com diversas interfaces, protocolos e procedimentos operacionais distintos, aumentando drasticamente o tempo de resposta a incidentes e a probabilidade de erros humanos.

Complexidade na Manutenção e Responsabilização: A fragmentação dificultaria a gestão e a fiscalização do contrato. Em caso de falha sistêmica, fornecedores poderiam facilmente atribuir o problema à incompatibilidade com os equipamentos de terceiros, resultando em um "jogo de empurra" que deixaria o sistema vulnerável e a Administração desassistida. A contratação em lote único assegura total clareza na responsabilização.

Padronização Tecnológica e Treinamento Unificado: A padronização é um pilar para a eficiência. Um sistema unificado permite que a equipe de operação e manutenção seja treinada em uma única plataforma, garantindo o mesmo nível de conhecimento para todos os operadores.

Escalabilidade e Segurança da Informação: A aquisição de solução completa de um único fornecedor traz economia de escala e facilita expansões futuras do sistema, evitando integrações complexas. Adicionalmente, a integração forçada de fornecedores distintos criaria brechas de segurança; um sistema unificado permite a implementação de políticas centralizadas de segurança da informação, protegendo imagens e dados contra acessos não autorizados e ataques cibernéticos.




Ainda, a Procuradoria Jurídica do Município de João Monlevade emitiu Parecer nº 157/2026, concluindo pelo não acolhimento da impugnação, uma vez que o edital e anexos estão em conformidade com a legislação vigente.

DA DECISÃO

Portanto, considerando a motivação técnica contida no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Parecer técnico, respeitados os preceitos e normas das Lei Federal nº 14.133/21, a Pregoeira Oficial do Município de João Monlevade decide **NEGAR PROVIMENTO** ao pedido de impugnação interposto pela empresa COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, devendo o edital e anexos se manterem inalterados.

João Monlevade, 25 de março de 2026

Documento assinado digitalmente
 **CARMEM AUGUSTA BRAGA MACIEL**
Data: 25/03/2026 08:08:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carmem Augusta Braga Maciel
Pregoeira Oficial

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 09/2026

IMPUGNANTE: COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (VALENET)

1. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação tempestiva interposta pela empresa Companhia Itabirana de Telecomunicações Ltda, requerendo a alteração do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026. A impugnante solicita a divisão do objeto em três lotes distintos (Lote 1: CFTV; Lote 2: Alarmes e sensores; Lote 3: Monitoramento remoto 24h), sob a alegação de que o julgamento por lote único restringe a competitividade e fere o art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A presente impugnação não merece prosperar. Embora a regra geral nas licitações públicas seja o parcelamento do objeto, a própria Lei nº 14.133/2021 e a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) preveem exceções aplicáveis quando o fracionamento se mostra técnica ou economicamente inviável. As alegações da licitante desconsideram a realidade operacional exigida pela Administração, conforme os detalhamentos técnicos a seguir:

- **Da Natureza Indissociável do Objeto:** O certame não visa a aquisição de bens, mas exclusivamente a contratação de prestação de serviços contínuos de monitoramento. Os equipamentos (câmeras, centrais, sensores e gravadores) serão fornecidos em regime de comodato. Não se trata de uma contratação mista (serviço e aquisição), sendo o fornecimento de hardware uma atividade acessória e indissociável da prestação do serviço principal.
- **Incompatibilidade de Hardware e Software:** A principal justificativa para a não-divisão reside na natureza intrinsecamente integrada da vigilância eletrônica. A existência de múltiplos fornecedores forçaria a utilização de equipamentos e softwares de gerenciamento de fabricantes distintos. A ausência de um padrão de interoperabilidade universal no mercado de segurança eletrônica levaria a falhas severas de comunicação entre os sistemas, impossibilitando uma plataforma coesa.
- **Ineficiência da Central de Monitoramento:** Um sistema de vigilância eficaz depende de uma central que receba e processe informações de forma unificada. O fatiamento proposto obrigaria a equipe de segurança a lidar com diversas interfaces, protocolos e procedimentos operacionais distintos, aumentando drasticamente o tempo de resposta a incidentes e a probabilidade de erros humanos.
- **Complexidade na Manutenção e Responsabilização:** A fragmentação dificultaria a gestão e a fiscalização do contrato. Em caso de falha sistêmica, fornecedores poderiam facilmente atribuir o problema à incompatibilidade com os equipamentos de terceiros, resultando em um "jogo de empurra" que deixaria o sistema vulnerável e a Administração desassistida. A contratação em lote único assegura total clareza na responsabilização.
- **Padronização Tecnológica e Treinamento Unificado:** A padronização é um pilar para a eficiência. Um sistema unificado permite que a equipe de operação e manutenção seja

treinada em uma única plataforma, garantindo o mesmo nível de conhecimento para todos os operadores.

- **Escalabilidade e Segurança da Informação:** A aquisição de solução completa de um único fornecedor traz economia de escala e facilita expansões futuras do sistema, evitando integrações complexas. Adicionalmente, a integração forçada de fornecedores distintos criaria brechas de segurança; um sistema unificado permite a implementação de políticas centralizadas de segurança da informação, protegendo imagens e dados contra acessos não autorizados e ataques cibernéticos.
- **Do Entendimento do TCU:** O próprio Tribunal de Contas da União admite o julgamento por lote único em situações onde a interdependência dos itens e a necessidade de padronização são comprovadas, reconhecendo que a economicidade não pode se sobrepor à eficiência e à segurança em soluções de tecnologia.

3. DECISÃO

Diante do exposto, restando evidenciado que o parcelamento é tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso para a funcionalidade do sistema integrado, decido por **CONHECER** a presente impugnação, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se o critério de julgamento por **Lote Único** e as demais regras e especificações contidas no Edital e em seus Anexos.

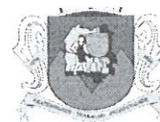
João Monlevade - MG, 24 de março de 2026.



MARLON LEANDRO
PONCIANO
PEREIRA:13255507600
2026.03.24 09:18:16 -03'00'

Marlon Leandro Ponciano Pereira
Gestor de Tecnologia da Informação

Recabi (3),
24/03/2026



PARECER Nº 157 / 2.026.

Referência: Pregão Eletrônico nº 09/2026.

Procedência: Secretaria Municipal de Administração.

Interessado/Impugnante: "COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA".

Data: 24/03/2026.

EMENTA:

"IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - CLÁUSULAS EDITALÍCIAS - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A PRECEITOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS VINCULADORES DA CONDUTA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO - CONSIDERAÇÕES".

CONSULTA

A Secretaria Municipal de Administração encaminha para a Procuradoria Jurídica do Município de João Monlevade solicitação de parecer jurídico para verificação da legalidade quanto ao pedido de **impugnação ao edital** realizado pela empresa "COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA".

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no **controle prévio de legalidade**, conforme inclusive estabelece o atual artigo 53, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC), não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Ainda, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação (Acórdão nº 1492/2021 - TCU PLENÁRIO).

Recebida a solicitação, passamos a opinar.

PARECER

Inicialmente cumpre esclarecer que a **Lei Federal nº 14.133/2021**, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, estabelece, em seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório antes de se contratar com terceiros. Explicita, ainda, em seu artigo 5º, *caput*, que:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

A exigibilidade é a regra geral, conforme também dispõe a Constituição Federal:

"Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A licitação atua como o procedimento que precede o contrato administrativo, e tem por objetivo permitir a apresentação de propostas por todas as pessoas interessadas, possibilitando, consequentemente, a escolha daquela que será mais vantajosa para a Administração, gestora dos interesses públicos.

Assim, tanto para a aquisição de bens quanto para a prestação de serviços, é exigida da Administração Pública a observância da regra da obrigatoriedade das licitações como pressuposto dos contratos, restando toda a formulação da contratação registrada nos termos do edital e do contrato administrativo firmados com o contratante, restando as partes vinculadas aos termos pactuados.

No caso específico dos autos, a Administração Municipal promoveu a publicação do edital do Pregão Eletrônico 09/2026, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE



SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA”.

Por sua vez, após a publicação do edital a impugnante **COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA** apresentou IMPUGNAÇÃO ao edital, alegando em síntese que o edital, ao prever a contratação em lote único, viola o disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, que preconiza o parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável. A Impugnante argumenta ainda que o objeto poderia ser dividido em três lotes distintos: CFTV, Alarmes/Sensores e Monitoramento Remoto 24h, o que, em sua visão, ampliaria a competitividade do certame.

Em resposta à impugnação, a área técnica, através do Gestor de Tecnologia da Informação emitiu parecer técnico negando provimento ao pleito da VALENET, mantendo a configuração do lote único. O processo foi então encaminhado a esta Procuradoria Municipal para análise jurídica e emissão de parecer conclusivo.

FUNDAMENTAÇÃO

O parcelamento é a regra geral nas licitações, conforme imposto pelo art. 40, V, “b”, da Lei nº 14.133/2021, que prevê:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;*
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.*

Este dispositivo materializa princípios constitucionais como a isonomia, a eficiência e, principalmente, a busca pela proposta mais vantajosa (art. 37, XXI, CF/88), ao ampliar o universo de competidores.

Há, no entanto, exceções para o princípio do parcelamento.

A própria Lei 14.133/21 prevê que o não parcelamento, ou seja, a divisão em lotes, poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: (...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;***
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;***
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.***

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

- I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*
- II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.***

As exceções ao dever de parcelar, previstas no art. 40, § 3º, bem como do inciso II do art.47 da Lei 14.133/21 (inviabilidade técnica, prejuízo econômico, melhor gestão contratual ou quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso), devem ser devidamente justificadas.

No caso em apreço, o Estudo Técnico Preliminar (Anexo II) cuidou de estudar e justificar o não parcelamento da contratação. Vejamos:

“A contratação do sistema de monitoramento eletrônico para os prédios públicos de João Monlevade não será parcelada. Conforme o § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento é a regra, exceto quando inviável ou prejudicial à economicidade. Neste caso, a natureza do serviço de segurança eletrônica exige

uma solução integrada e unificada para garantir eficácia. Fragmentar a contratação geraria incompatibilidade de equipamentos, falhas de comunicação e pontos cegos, comprometendo a segurança patrimonial. Além disso, complicaria a gestão de múltiplos contratos e a atribuição de responsabilidades. O modelo de comodato, crucial para a vantajosidade desta aquisição, seria inviabilizado. Financeiramente, o parcelamento tende a ser menos vantajoso, pois empresas especializadas oferecem melhores condições em pacotes completos por economia de escala. Em emergências, a coordenação de múltiplos fornecedores atrasaria a resposta vital. Portanto, a contratação de uma única empresa, em regime de comodato, assegura máxima eficiência, clareza e a solução mais segura e econômica para o Município. ”

Ademais, no Termo de Referência (Anexo I), elaborado pelo técnico responsável, no item 2.4, preocupou-se em explicar a escolha pelo não parcelamento da contratação.

“2.4. Justificativa para Julgamento por Lote Único na Contratação de Vigilância Eletrônica:

2.4.1. A adoção do julgamento por lote único para a contratação de empresa especializada em vigilância e segurança eletrônica é medida que se impõe em razão da inviabilidade técnica de separação dos itens e locais a serem monitorados, bem como pela necessidade de padronização tecnológica, garantindo a integração, a eficiência e a segurança do sistema como um todo.

2.4.2. A regra geral nas licitações públicas, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade e obter propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Contudo, a própria legislação e a jurisprudência do TCU preveem exceções a essa regra, aplicáveis quando o fracionamento se mostra técnica ou economicamente inviável, ou quando pode acarretar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

2.4.3. A contratação de um sistema de vigilância e segurança eletrônica, que engloba o monitoramento de múltiplos locais com equipamentos como câmeras de CFTV (Circuito Fechado de Televisão), alarmes, sensores e controle de acesso, enquadra-se perfeitamente nessas exceções. A seguir, detalhamos os fundamentos técnicos e operacionais que sustentam a decisão pelo lote único. ”

Neste sentido, o Tribunal de Contas de Minas Gerais reforçou a possibilidade de aglutinação dos itens, quando previamente motivada no processo de contratação.

“DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO. JUSTIFICATIVA. IMPROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS COM ARTISTAS ESPECÍFICOS. POSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA DE CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS ARTISTAS. IMPOSSIBILIDADE. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL. MUNICÍPIO COM ATÉ 20.000 HABITANTES. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

1. O parcelamento do objeto da licitação é a regra, sendo a aglutinação dos itens exceção que deve ser previamente motivada no processo de contratação. Esta regra, contudo, pode ser relativizada, conforme dispõe o Tribunal de Contas da União - TCU na Súmula n. 247, se afigurar mais vantajosa a aglutinação para a Administração quanto aos aspectos da técnica e da economicidade. ” Processo:1177520; 03/11/2025 - CONS. EM EXERC. ADONIAS MONTEIRO.

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL. ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MENOR PREÇO POR LOTE. RAZOABILIDADE. OTIMIZAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO. PERTINÊNCIA AO OBJETO DO CERTAME. VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA. JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

A reunião de itens em lotes no procedimento licitatório não contraria o disposto no § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/1993, notadamente se o agrupamento dos bens a serem adquiridos e dos serviços a serem contratados possibilita atrair mais licitantes e tem o intuito de preservar a economia de escala, e desde que tal agrupamento esteja devidamente justificado pela Administração. Processo: 1107592; PRIMEIRA CÂMARA – 8/2/2022- CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO.

Também em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o RMS 76.772, decidiu que a adoção de licitação em lote único, quando devidamente justificada, integra o exercício legítimo da discricionariedade administrativa e não viola o princípio do parcelamento.

O relator, ministro Afrânio Vilela, explicou que a Lei 14.133/2021 recomenda o parcelamento do objeto sempre que for técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a concorrência e garantir a economicidade. No entanto, salientou que há situações em que a divisão se mostra inviável ou desvantajosa, como no caso analisado, em que a Secretaria de Educação apresentou justificativa técnica para a opção adotada.

"Assim, em que pese o princípio do parcelamento nas licitações, inexistente ilegalidade na opção administrativa pela estruturação do objeto em lote único", afirmou o ministro.

Essas decisões recentes do TCEMG e STJ confirmam que a motivação prévia no ETP e Termo de Referência como aqui presente, legitima o lote único quando a integração técnica e econômica prevalece, repelindo impugnações que ignoram a discricionariedade administrativa fundamentada.

Neste sentido, a presente análise jurídica corrobora o entendimento técnico e fundamenta a decisão de não acolhimento da impugnação, com base nos seguintes pontos da área técnica:

Natureza Indissociável do Objeto e Inviabilidade Técnica do Fracionamento: O objeto da contratação, que envolve serviços contínuos de monitoramento eletrônico e segurança patrimonial com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, possui uma natureza intrinsecamente integrada. A fragmentação em lotes distintos (CFTV, Alarmes/Sensores, Monitoramento Remoto 24h) comprometeria a eficiência e a segurança do sistema como um todo. A Gestoria de TI demonstrou, em seu parecer, a incompatibilidade entre diferentes hardwares e softwares de múltiplos fornecedores, a ineficiência de uma central de monitoramento fragmentada e a complexidade na manutenção e responsabilização em caso de falhas, o que inviabiliza tecnicamente o parcelamento.

Princípios da Eficiência, Economicidade e Continuidade do Serviço Público: A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, estabelece que a licitação deve observar os princípios da eficiência e da economicidade, além de outros. O art. 11 da mesma lei reforça a busca pela melhor solução que atenda ao interesse público. O parcelamento, neste caso, geraria custos adicionais de gestão, integração e manutenção, além de potencializar riscos de descontinuidade do serviço, em clara afronta ao art. 37 da Constituição Federal de 1988, que impõe à Administração Pública a observância do princípio da eficiência. A manutenção de um único contrato garante a padronização tecnológica, otimiza o treinamento da equipe e assegura a escalabilidade e segurança do sistema, elementos cruciais para a continuidade e qualidade do serviço público essencial de segurança.

Exceção ao Parcelamento – Art. 47 da Lei nº 14.133/2021: Embora o art. 47 da Lei nº 14.133/2021 estabeleça a regra do parcelamento, ele também prevê expressamente a exceção quando este for técnico ou economicamente inviável. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) e as justificativas técnicas apresentadas pela Gestoria de TI demonstram de forma robusta a inviabilidade do fracionamento, enquadrando-se perfeitamente na exceção legal. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), consolidada na Súmula nº 247, já reconhecia que "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, ou, ainda, quando o custo da licitação ou da contratação for desproporcional em relação à economia a ser obtida." No presente caso, o prejuízo para o conjunto e a perda de economia de escala são evidentes, conforme demonstrado tecnicamente.

Jurisprudência do TCU e Doutrina: Os Acórdãos do TCU eventualmente citados pela impugnante em favor do parcelamento são genéricos e não se aplicam à especificidade técnica comprovada neste caso. A Súmula 247 do TCU, ao prever a exceção, valida a decisão da Administração. Doutrinadores como Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", enfatizam que o princípio do parcelamento não é absoluto e deve ser ponderado com outros princípios, como a eficiência e a economicidade, e com a própria natureza do objeto. A busca pela competitividade não pode se sobrepor à necessidade de uma solução técnica coesa e eficaz para a Administração Pública.

Ausência de Prova Concreta pela Impugnante: A VALENET, em sua impugnação, limita-se a alegar a possibilidade de parcelamento e a suposta restrição à competitividade, sem apresentar provas concretas ou um estudo técnico que demonstre a viabilidade do fracionamento sem prejuízos para a Administração. A mera alegação de que "outras empresas poderiam participar" não é suficiente para desconstituir a fundamentação técnica e jurídica que justifica a opção pelo lote único.



Preservação do Interesse Público Superior: A manutenção do lote único, conforme concebido no edital, preserva o interesse público superior, garantindo a segurança, a eficiência e a continuidade do serviço de monitoramento eletrônico e segurança patrimonial da Prefeitura Municipal de João Monlevade. A fragmentação do objeto, neste cenário, representaria um risco desnecessário à gestão pública e à qualidade dos serviços prestados à população.

Com efeito, entendemos que não há violação aos princípios da economicidade e da restrição à competitividade, notadamente em razão da robusta fundamentação técnica que atesta a inviabilidade do parcelamento do objeto, bem como pela exceção prevista no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021 e pela Súmula nº 247 do TCU.

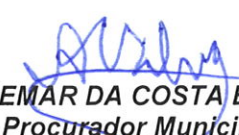
CONCLUSÃO

Em conclusão, **OPINAMOS pelo NÃO ACOLHIMENTO da IMPUGNAÇÃO** apresentada pela COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (VALENET) ao Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2026, Processo Licitatório nº 33/2026.

Registra-se que o presente parecer limitou-se a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica prescrita pela Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, econômica ou administrativa, por se tratarem de atos ilegítimos e estranhos à atuação deste órgão de Assessoria Jurídica, tomando por base exclusivamente os elementos jurídicos que integram o procedimento.

Salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos a elevada apreciação superior.


FREDERICO MAGALHÃES PESSOA
Diretor de Procuradoria
OAB/MG 116.476


ALCEMAR DA COSTA E SILVA
Procurador Municipal
OAB/MG 99.556

